

Uma reserva de humanismo

Antropologia e cristianismo num documento da Santa Sé sobre o Desporto (com análise de um texto anti-gnóstico de Tertuliano)

José Carlos Lopes de Miranda
Universidade Católica Portuguesa

Introdução

No dia 1 de junho de 2018, a Santa Sé pronunciou-se magisterialmente sobre o Desporto¹ deixando entrever, no próprio subtítulo do documento, intitulado *Dare il Meglio di Sè* («Dar o Melhor de Si», doravante DMS), que «a perspectiva cristã sobre o Desporto» é índice privilegiado da «perspectiva cristã sobre a pessoa humana». E de facto, no fundo das motivações do documento está a visão da pessoa humana como «unidade de corpo, alma e espírito» (DMS 1.1), tema que ocupa o capítulo terceiro, destinado a «entrar em profundidade na reflexão antropológica sobre o desporto e, em particular, sobre a importância da pessoa como unidade de corpo, alma e espírito» (DMS 3); uma reflexão com consequências práticas para a «promoção de um desporto justo e plenamente humano» ameaçado por alguns desafios malsãos como «o aviltamento do corpo e o *doping*» (DMS 4).

Para elaborar uma definição de desporto, o documento identifica-o através de cinco traços essenciais que podemos renomear por brevidade: o Desporto é uma atividade *corpórea*, *lúdica*, *regulada*, *competitiva* e *paritária*. É nosso propósito, no contexto deste colóquio e em função do título específico que nos foi atribuído – «Desporto, Humanismo e Cuidado» – desenvolver e aprofundar

¹ Dicastero per i laici, la Famiglia e la Vita, «*Dare il meglio di se*», *Documento sulla prospettiva cristiana dello sport e della persona Humana*. <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2018/06/01/0401/00856.html>. Consultado a 23.1.19.

as implicações antropológicas e éticas do primeiro e do último traço. O primeiro, *corporeidade*, tem paredes-meias com um conflito, tão atual quanto antigo, entre visões da pessoa humana (I), conflito que ilustraremos com uma amostra textual das polémicas paleocristãs aludidas no documento (II) e com numerosos reflexos análogos na cultura contemporânea (III). Finalmente, no contexto dos traços neognósticos dessa cultura, entreveremos as implicações do último traço, o da *paridade* (IV). Este é, no fundo, subsumível no primeiro, na medida em que gera na competição desportiva uma objetiva diversificação correspondente a várias distinções que procedem da condição corpórea da pessoa humana, como «distinções por sexo², por níveis de rendimento, por classes de idade e de peso, por graus de deficiência, etc.» (DMS 2.2). Mas, embora subsumível, é pela sua explícita menção que, além de testemunha e alerta para o esquecimento da corporeidade humana, o Desporto, conotado na antiguidade e na modernidade como exercício corporal dos fortes e saudáveis, se pode conotar hoje também como dimensão do cuidado que as sociedades humanas devem aos seus membros mais débeis e vulneráveis.

Corporeidade e antropologias em conflito

Se o Desporto é uma atividade corpórea, pode soar a uma primeira escuta um tanto paradoxal a aproximação, que preside ao presente colóquio, entre Desporto e Transcendência. Se nós dizemos que os seres humanos são pessoas é precisamente porque os olhamos pelo prisma daquela dimensão em que eles não coincidem com o mundo, porque o «trans-cendem», literalmente porque «sobem mais além». Ora, de si, não é como corpo e indivíduo animal que cada um de nós não coincide com o mundo. O ser humano não coincide com o mundo, na medida em que o seu ponto de vista sobre o mundo, e até sobre si mesmo, é exterior ao mundo. É um ponto de vista de um animal que

² No original italiano, *per genere*, subentendendo-se (necessariamente, dada a entrada recente desta aceção na língua italiana) o inglês *gender*. Porém, das duas uma, ou se trata aqui de um simples sinónimo de «sexo» ou se trata de um termo distinto pelo qual se tem vindo a designar a dimensão culturalmente construída da natural diferenciação sexual dada no indivíduo animal. Ora, se a razão das distinções é a paridade de oportunidades, que uma consideração indiferenciada de características corpóreas, como peso e massa muscular, tornaria impossível, não resta senão interpretar aqui «género» como sinónimo (no mínimo desnecessário) de «sexo»; de onde a nossa tradução.

sabe que sabe (esse o significado de *con-sciência*). Pela consciência, olhamos para nós e para o mundo a partir de um ponto de vista exterior ao mundo, e é nisso que somos pessoas. Enquanto animais somos seres do mundo, enquanto pessoas somos seres transcendentais ao mundo. É impossível falar do ser humano sem referirmos esta dualidade: O ser humano enquanto imanente – que podemos ver como «algo» dentro do mundo, que faz parte do mundo, composto dos mesmos elementos materiais que os outros – por um lado, e, por outro, o ser humano enquanto transcendente ao mundo, dimensão pela qual olha para o mundo pelo lado de fora, ousando assim distinguir-se do mundo, e que, por isso, vemos como «alguém».

O valor de toda e qualquer pessoa humana assenta na percepção desta descontinuidade ontológica entre a Pessoa e o cosmos, isto é, da sua transcendência face ao mundo. De facto, tanto na pré-história como hoje, sem a noção dessa descontinuidade – por exemplo, em certos animalismos e éticas ditas biocêntricas –, o valor do ser humano dissolve-se numa natureza ou biosfera divinizadas à força de prosopopeias e torna-se disponível em função de um superior interesse desta última. Mas se é certo que a diluição do sentido de descontinuidade ontológica procede do esquecimento da dimensão transcendente do ser humano (o esquecimento de que ele é pessoa) não o é menos que, do esquecimento da sua dimensão imanente (o esquecimento de que é um ser animal) decorre uma conceção instrumental do corpo como mero objeto mundano entre outros objetos humanos disponíveis para o uso de um sujeito dele distinto e separável. Em ambos os casos, a vida dos humanos mais vulneráveis torna-se disponível a vários sujeitos segundo vários critérios: no esquecimento da «pessoalidade» do corpo, por ser medida pelo metro comum de toda a biosfera; no esquecimento da «animalidade» da pessoa, por não satisfazer os caprichosos critérios ditados pela Mente desencarnada. Por isso o valor, por igual, de toda e qualquer vida humana, sem deixar de depender da fratura ontológica entre mundo e personalidade, assenta outro tanto na co-extensibilidade entre Personalidade humana e Corpo humano vivo, pois se é só pelo facto de ele ser pessoal que a sua integridade constitui um limite natural às ordens normativas positivas, sejam elas jurídicas ou puramente consuetudinárias, nem por isso a sua «pessoalidade» deixa de ser a de um ser animal e, por isso, de um corpo vivo.

Por trás de cada um desses esquecimentos ou omissões estão presupostos metafísicos circularmente opostos. A ignorância da dimensão

transcendente é própria de um pensamento mítico sem lugar para a noção do Ser absoluto, transcendente aos seres, em que só os seres são (num conceito de Ser equívoco) e em que o divino se identifica com qualquer ser do mundo ou com o próprio mundo como a mera soma deles. Quanto à omissão da dimensão imanente, é determinada por uma metafísica de Ser unívoco, isto é, em que o conceito de ser só predica o Ser absoluto, absolutamente Uno, e em que os seres relativos, que constituem o cosmos, carecem de realidade ontológica (não «são») ou são essencialmente um mal, um erro, pois «não deviam ser» porquanto a sua existência é explicada em termos de emanção ou degradação do Uno. Aqui se enquadram os «Gnósticos e Maniqueus» referidos na abertura do capítulo terceiro do nosso documento, «com as suas complexas elaborações mitológicas sobre a origem do mundo material, sempre associado a um erro ou princípio maligno» (DMS 3.1). Ora se a primeira omissão, a da dimensão transcendente, impedia o ser humano de assumir a condição de pessoa, a segunda, da dimensão imanente, impede a pessoa humana de aceitar a condição de mundo. Refletidas no pensamento contemporâneo, como veremos no terceiro ponto, ambas as omissões, a da pessoa e a do animal, resultam num mesmo anti-humanismo que, seja na forma de animalismo ou na forma de trans-humanismo, é, no fundo comum, a incapacidade de o ser humano se aceitar a si mesmo integralmente e como dado prévio à sua própria consciência.

Só a ideia religiosa da Criação e a ideia metafísica da Analogia do Ser permitem afirmar concomitantemente a unidade e multiplicidade do ser e excluir a explicação do múltiplo e da contingência como emanção ou degradação do Uno Necessário. Só estas podem, portanto, gerar uma cosmologia otimista, com lugar para ambas as dimensões, a imanente, de animal, e transcendente, que é a de pessoa. A ideia religiosa da Criação aparece na cena da História na redação da cosmogonia do Génesis e na sua insistência em que o cosmos é bom; a conceção análoga do Ser, vinda à mesma cena cerca de mil anos depois, incoativamente na ideia platónica de participação e sistematicamente na metafísica aristotélica, será descoberta por São Tomás como modelo ontológico mais compatível com aquele dado bíblico. A esta luz, o cosmos consta de graus diversos de ser, consoante a maior ou menor participação relativa nos predicados do Ser transcendente, absolutamente uno, verdadeiro e bom: primeiro, o grau ínfimo dos seres materiais; depois o dos seres animais, vegetativos e sensitivos (animais porque dotados de alma, *anima*, causa da vida,

que é transcendente à matéria). Por fim, o grau próprio da alma do ser humano, dito *microcosmos*, «mundo em ponto pequeno», por incluir em si todos os graus nele presentes (material, animal vegetativo e animal sensitivo), que é dotada de *Logos*. O Homem aparece assim como «ser animal racional» (*logikós*) representando, nesta última prerrogativa, o sumo grau de participação no Ser e partilhando com ele, na alma racional (*psychê logikê* – simples e não composta, de onde a sua imortalidade), a sua transcendência ao mundo dos seres.

Se, em concomitância com a identificação entre o Ser transcendente e o nome do Deus revelado (Javé, «Aquele que é»), pensarmos na coincidência entre esta visão do ser humano e a de Génesis 1 e 2, não nos parecerá de modo algum forçado o *topos* polémico dos primeiros intelectuais judeo-helenistas e cristãos ao acusarem os filósofos gregos de plágio da revelação dada a Moisés e aos Profetas. A alma intelectiva ou *nous* designada em latim por Mente, com as suas potências, parecer-lhes-ia a tradução do «espírito» soprado pelo próprio Ser (Javé) e do estatuto de «imagem» do Criador, seu representante junto das demais criaturas. Potenciado pela revelação bíblica, o quadro metafísico de Ser análogo, que lhe subjaz, ajudará a morigerar na incipiente cultura cristã dois acentos excessivos próprios do neoplatonismo dos inícios da nossa era, a saber, o acento numa absoluta transcendência divina abissalmente distante do mundo, e o acento na exclusiva identificação da perenidade da pessoa com a imortalidade da alma intelectiva (*noetikê*). Dizemos «morigerar» porque, inicialmente, em conformidade com o clima neoplatónico dominante, a teologia de matriz alexandrina, ao contrário da asiática (de que provém a amostra que leremos a seguir), continuará na esteira do judeo-helenista Filão a referir a «imagem e semelhança» bíblicas exclusivamente ao *Nous*. Mas a cosmologia bíblica, com os dogmas da Encarnação e da Ressurreição da Carne, acabou sem embargo por impor nos autores ortodoxos um estatuto ontológico da corporeidade compatível com a sua participação na perenidade da pessoa. Assim se veio a aportar àquela «visão unitária do homem» que estaria no centro da visão cristã do Desporto, isto é, como composto substancial de corpo e alma espiritual ou, nos termos do documento, «corpo, alma (entenda-se “vegetativa e sensitiva”) e espírito» (alma intelectiva, enriquecida da conotação de Imagem do *Logos*, capaz de relação pessoal com o seu Criador). Em «corpo e alma», que é o mesmo que «corpo-vivo» (a vida é o efeito de que alma – conexão lógica entre as partes – é a causa) leia-se dimensão imanente; e em «espírito» leia-se dimensão transcendente.

Nesta visão unitária é possível reconhecer como, na pessoa humana, a relação entre a mente e o corpo é de tipo essencial e não de tipo accidental. Significa isso que uma mente humana não «usa» um corpo humano à maneira de uma soma de informação «suportada» numa *pendrive*³ (se assim fosse, seria irrelevante que a informação fosse suportada por «este» ou «aquele» corpo). A mente humana, como complexo de potencialidades intelectivas e volitivas pertence por essência a este indivíduo animal que somos nós. É ela, a mente, que faz dele Pessoa mas é ele, animal vivo, a substância individual⁴ a «quem» cabe a designação de pessoa. É, pois, o corpo humano vivo que é pessoa. Assim, a irreduzível dualidade humana é a dualidade não de substâncias ou seres em si, mas de dimensões adjetivas dessa uma substância. De facto, o composto substancial humano realiza uma tal unidade que tudo o que se predica de uma dimensão se predica da outra. É assim, que, mesmo no caso de um mínimo, impercetível, grau de atualização das faculdades mentais (uma criança humana ferida de paralisia cerebral, por exemplo) designamos pelo nome pessoal o corpo a «quem» pertencem essas faculdades não atuadas, que, estando vivo, é sujeito e não objeto, e só por isso não se pode dispor dele. Mesmo diante do cadáver, esse sim, objeto (com estatuto de coisa no direito romano, *res*, posto que *sacra* enquanto remete ainda para a pessoa que foi), a linguagem corrente opera esta metonímia cheia de espessura antropológica: por isso se fala no «funeral de fulano» e se diz que «fulano está sepultado em certo sítio». É-se, pois, pessoa já pelo corpo humano e, por esta suplência entre dimensões, pode a pessoa humana realizar-se como tal «corporeamente», pela simples corporeidade, enquanto esta é marcada pela presença da mente ou «alma espiritual». Pela mesma razão, mesmo no caso de grave limitação na atualização das potências corporais (paraplegia, amputação, malformação congénita, etc.) bem pode uma pessoa, «mentalmente» ou «espiritualmente» realizar-se, isto é, pela simples «mentalidade», marcada que é também pela referência ao corpo a que pertence. Também nesta intercambiabilidade de propriedades se baseia a possibilidade de suprir outras dimensões naturais ou imanentes pelo seu correlato cultural ou transcendente. Ponhamos o caso da maternidade

³ É sintomático que um guião cinematográfico de 2014 desenvolvido a partir desta hipótese, que poderíamos definir como trans-humanista de divulgação, se chame precisamente «Transcendence». Trailer disponível em <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-214763/trailer-19537151/>

⁴ Segundo a primeira e nunca superada definição filosófico-teológica de Pessoa, *rationalis naturae individua substancia*, de Boécio.

adotiva. Trata-se de um constructo cultural operado pela transcendência da mente que, na falta natural (i.e., não querida por si mesma nem positivamente procurada) do seu correlato imanente, o pode plenamente suprir, por ser um vínculo tão autêntico como o seria se tivesse podido ser construído sobre a base da maternidade ou paternidade naturais. Foi ainda com base na percepção desta unidade antropológica que o direito romano-cristão desligou a antiga validade do contrato matrimonial da havida procriação. Na falta natural (i.e., não querida por si mesma nem positivamente procurada) da dimensão procriativa do matrimónio (que releva da dimensão imanente), a dimensão unitiva (que releva da dimensão transcendente) pode supri-la com plena eficácia.

Nos inícios da nossa era, não eram, porém, estes, os pressupostos metafísicos da cultura dominante. Começa precisamente a prometida reflexão antropológica do nosso documento por dar conta de um velho pessimismo cosmológico que arrasta consigo a expulsão da corporeidade do reino da consciência e da transcendência, por assentar numa insanável contraposição, de grande impacto antropológico, entre imanência e transcendência, espírito e matéria, mente e corpo. Nas palavras de João Paulo II a um grupo de futebolistas italianos e argentinos, «já os pensadores cristãos dos primeiros séculos tiveram que se opor decididamente a certas ideologias, então em voga, que se caracterizavam por uma nítida desvalorização do corpóreo, elaborada em nome de uma mal-entendida exaltação do espírito. Na esteira do dado bíblico, eles afirmaram vigorosamente, pelo contrário, uma visão unitária do ser humano» (DMS 3.1). O «estigma do etiquetamento da atitude cristã perante a corporeidade como profundamente negativo» (DMS 3.1) é na realidade devedor de uma simplista e ultrapassada contraposição romântica entre cristianismo e cultura clássica: de um lado o culto do corpo, espelhado no vigor da anatomia das artes plásticas, de outro o castigo do corpo, na ascese monástica e na corrupção das belas artes. É compreensível que o fascínio da estatuária clássica motivasse tal contraste mas a estética plástica da Grécia antiga deve ser contrabalançada com as letras e lida em toda a complexidade do seu papel eminentemente religioso. Contemplada em profundidade no tom da complexidade da cultura que a anima, a anatomia da estátua clássica não representa o corpo humano enquanto tal, mas sim uma sua abstração capaz de traduzir na perfeição da forma os deuses imortais. Precisamente na exaltação dessa perfeição, ela mal esconde o desprezo da carne real, nos antípodas, precisamente, da vitalidade dos seus deuses e heróis, das Afrodites e dos Hércules,

(como também dos novos ídolos que ornarão as colunatas dos Templos-Estádio do século xx). É essa perfeição, o objeto significado na cultura clássica; não o corpo concreto, no seu devir e na sua vulnerabilidade; não o corpo débil, que fica de fora do divino e que há que expulsar do âmbito do humano. Não há, pois, nessa arte (nem no Desporto – antigo e moderno – que lhe corresponde) lugar para o corpo que ainda não conta nem para o corpo que já não conta, nem muito menos para o corpo que nunca contou. E nem todos, senão somente alguns atletas, passamos perto dessa abstração por volta dos vinte anos de idade. O corpo humano real, corpo no tempo, corpo mortal, corpo criança, corpo doente, corpo velho, corpo crucificado... só interessará o artista plástico quando ele quiser representar a história de outra divindade e de outra humanidade, uma humanidade redimida por um Deus feito carne crucificada e carne regenerada numa ressurreição. Para quem contemplar a Encarnação do Verbo, Palavra criadora e Pessoa da Trindade Divina, o Corpo humano torna-se Corpo de Cristo e o Corpo de Cristo é Corpo de Deus. Nas artes plásticas inspiradas por esta visão do homem, a representação do destino a que todo o homem aspira, que é a imortalidade, não passa pela abstração do tempo e do espaço, mas sim pela contemplação do Corpo concreto, que é Tempo; o mesmo é dizer, pela narração da vida corporal. De modo que pontuarão essa representação novos géneros iconográficos que são outros tantos instantâneos que todos levamos dentro: Esponsais, Conceição, Senhora do Ó⁵, Natividade, Senhora do Leite, Ceia, Paixão e Morte, Dormição, Sepultura e Ressurreição/Assunção.

Contra o bem-pensante do seu tempo, filósofo neoplatónico ou gnóstico, Tertuliano dirá (*De Carnis resurrectionis*, 8, 3) que «a carne é o eixo da salvação» (*caro salutis cardo*) (Kroyman 1906), ou seja, que é na condição corpórea (*caro*) que o ser humano alcança a plenitude de criatura recuperada por Cristo para o seu destino originário (*salus*). Mas, antes, dá a voz à cultura dominante do seu tempo.

Propomos de seguida uma tradução do capítulo quarto do sobredito tratado, para finalmente, entrevermos neste atrito entre cristianismo e cultura antiga

⁵ Na representação da Sr.^a do Ó e da Visitação, a pintura medieval cultiva aliás, sem precedentes, uma realística iconografia fetal, sem esquecer a representação da placenta. Veja-se por exemplo a Visitação hispano-flamenga do Museu Lázaro Galdiano de Madrid, em <http://database.flg.es/ficha.asp?ID=2696>. Para aprofundamento e ilustração desta especificidade da iconografia cristã ver Miranda (2014, 6-14).

um protótipo de um (outro?) conflito em curso entre cristianismo e cultura contemporânea, atrito em que o Desporto é já hoje um facto relevante.

***De Carnis Ressurrectione*, 4: A antiga diatribe contra a Carne**

Antes do texto, convém abordar sumariamente o contexto, isto é, o tratado *de ressurrectione* no pensamento de Tertuliano. Sublinhamos à partida que está em causa um verdadeiro tratado e, mais, que um olhar capaz de colher todas as suas implicações deve abordá-lo como um ponto inserido num vasto desígnio de teologia sistemática. A Arte do «fundador da teologia latina» (Hagendahl 1998)⁶ está sobretudo em construir um sólido sistema teológico sob o género literário da solicitação polémica (Siniscalco 1966, 30). Nesta perspetiva, o *de ressurrectione* marca o ponto de chegada de uma *Regula Fidei* amplificada. É o seu momento escatológico; e, como ao abordar os «novíssimos» do Homem, não é possível fugir à interrogação sobre o seu princípio na criação que o constitui, acabamos por ter entre mãos uma *Summa Anthropologica* do cristianismo antigo. Esta reflete, principalmente *a contra*, as conceções dominantes da sociedade então contemporânea, arrebatada por uma sensibilidade existencial exacerbada, em pronunciado e generalizado declive para uma rejeição do mundo material e uma ambígua *fuga mundi* chamada Gnose. Ao mesmo tempo, em clave positiva, desvela-nos sobretudo uma tradição antropológica genuinamente cristã, de raiz asiática⁷ que tinha vindo a elaborar o dado bíblico de maneira a torná-lo mais audível, posto que não sem atrito, no Areópago em que São Paulo, ao falar da ressurreição da carne, fora obrigado a interromper o seu *kerygma* (cfr. Act 17). Se merece de facto o título de «fundador da teologia latina», mais do que ao facto de ter cunhado uma série de novos apetrechos lexicais e morfossintáticos, deve-o Tertuliano ao facto de, com tais meios, ter conseguido abrir novos horizontes culturais a essa tradição cristã, então pouco mais que incipiente.

⁶ «Não se pode negar que várias situações contingentes tenham levado o nosso autor a escrever uma ou outra das suas obras mas deve evidenciar-se o facto de que o seu objectivo não se esgota no dado que usa como ponto de partida nem sequer na polémica em que não sem prazer se detém» (Hagendahl 1998).

⁷ Ver Grossi (1983), sobretudo capítulo II da Parte I e capítulo I da Parte III.

O capítulo escolhido para ilustrar a alusão de DMS 3, leva-nos à primeira vertente a que aludíamos, isto é, ao quadro das concepções antropológicas dominantes na cultura da Antiguidade Tardia. No seu tratado, Tertuliano parte sempre de uma dupla urgência: em primeiro lugar, a de combater a heresia, o erro de reduzir a revelação à razão e, num segundo plano, não menos presente, prover bases sólidas à debilidade dos fiéis, cuja íntima pertença, precisamente, à cultura com que queria romper, ele bem conhecia. Com tal motivação, a sua teologia, caminhando embora em direção a um núcleo dogmático de argumentação escriturística, tem sempre que se deter demoradamente numa etapa filosófica que hoje diríamos de «teologia fundamental». É marca desta etapa o alargamento da comunidade argumentativa através da autolimitação à argumentação racional – note-se que, talvez em razão do princípio da *praescriptio*⁸, mesmo quando tem por interlocutores os gnósticos e não simples idólatras, o uso que faz da Escritura é raro e prevalentemente defensivo. E a primeira implicação deste método é o que poderíamos chamar, hoje com alguma ironia, «o momento da escuta». Enganar-se-ia rotundamente, porém, quem pensasse que em clave polémica fosse necessariamente falseado o conteúdo deste «momento». Se tivermos presente que os estudiosos da Gnose, de que não subsistiam até há bem pouco tempo muitas fontes diretas, vieram validar, do ponto de vista crítico, os testemunhos colhidos junto dos Padres da Igreja que a combatiam em contexto de controvérsia, não encontraremos nada de estranho na fidelidade ou, até mesmo, no autêntico empenhamento retórico, quase convincente, com que Tertuliano nos dá aqui a ouvir as vozes comuns, de antiga matriz órfica, pitagórica, platónica... do seu interlocutor médio.

É nada menos do que isso, do que se trata no breve capítulo quarto. Certamente, não se pode compreendê-lo senão à luz da simetria que ele constitui em conjunto com os capítulos finais (52 ss.) com as respostas às objeções agora aqui levantadas pelo adversário. Mas é sobre estas que, de momento, se aplica toda a tensão compositiva; e, do alcance que reconhecermos a este

⁸ No tratado *de praescriptione haereticorum*, ele recusa aos gnósticos, liminarmente, o direito de interpretar a Escritura inspirada, que é de exclusiva competência da Igreja instituída, verificável mediante a sucessão apostólica. Para isso, usa a figura processual da *pre-scrição*, que consiste, literalmente, em negar habilitação formal à parte contrária já *antes* de iniciar o processo (o conteúdo semântico hoje dominante de «prescrever», no sentido de «caducidade de um prazo», provém de um entre outros títulos de *praescriptio* que era a *praescriptio longi temporis*).

adversário, depende o alcance de que se revestirá todo o texto. Nele podemos reconhecer este ou aquele gnóstico ou, numa perspectiva mais ampla, os *clichés* da velha Filosofia em atrito com a pretensão da Revelação (não passam de facto despercebidas as ressonâncias do *Contra Celsum* (5, 14)) nas últimas objeções à fé na Ressurreição. Mas, a darmos uns passos atrás para alargar o nosso campo de visão, talvez se possa ler algo mais nesta passagem: com um pouco mais de distância, o adversário aqui em causa poderá identificar-se com os pressupostos metafísicos constantes do comportamento religioso antigo, das religiões étnicas tradicionais, perante as quais Tertuliano se assume como porta-voz de um dado novo, de uma Revelação a reclamar outros pressupostos. Reportamos de seguida o texto propondo, período a período, uma tradução, quanto possível literal⁹.

*Itaque haeretici inde statim incipiunt praestruunt et inde interstruunt, unde sciant facile capi mentes, de communione favorabili sensuum.*¹⁰

É daqui [i.e., no ódio à matéria e ao corpo, NT] que os hereges começam a lançar os alicerces e logo a entrecruzar a sua trama; um ponto onde bem sabem que as mentes facilmente se enredam, pelo partilhado consenso que lhes é favorável [era de facto, possível encontrar a diatribe contra a carne tanto no mercado como no Senado, tanto em Epicteto como numa homilia, NT].

An aliud prius vel magis audias ab haeretico quam ab ethnico? Et non protinus, et non ubique convicium carnis in originem, in materiam, in casum, in omnem exitus ejus, immundae a primordio ex fecibus terrae, immundiori deinceps ex seminis sui limo, frivolae, infirmae, crimosae, onerosae, molestae et post totum ignobilitatis elogium caducae in originem, terram, et cadaveris nomen, et de isto

⁹ Segundo o texto crítico de Kroyman, de 1906 (CSEL, vol. xxxvii). Procuraremos mesmo manter os constructos retóricos dominantes *in verbis coniuictis*, os quais, não dependendo da fonética ou da morfologia latinas (como os frequentes homoteleutos e assíndetos) se conseguem transpor sem muito forçar. São decerto, ao nosso propósito, menos relevantes os aspetos retóricos do texto, não porém despreciandos na hermenêutica integral das letras da época; pelo que nos permitiremos um ou outro passo em rodapé ao original latino, de modo a não perturbar o leitor da tradução.

¹⁰ Note-se o efeito vigoroso da anáfora *inde... inde... unde* e do assíndeto *praestruunt... interstruunt*.

*quoque nomine periturae in nullum inde jam nominem, in omnis jam vocabuli mortem?*¹¹

«Acaso se ouve, da boca do herético ou do gentio» [leia-se o Gnóstico ou o filósofo Académico, NT] – «não saberia dizer-se quem por primeiro e quem com maior vigor – por toda a parte e sem cessar, outra coisa que não a condenação da carne? Contra a sua origem» [i.e., as múltiplas descrições mitológicas da degradação do Uno, NT], «contra a sua matéria» [densa, pesada, composta – dir-se-á adiante – e portanto corruptível, contrária ao ideal contemplativo da incorrupção ou *aphtharsia*, NT], «contra a sua debilidade» [leia-se «passividade», sujeição às «paixões», NT] «e contra o que quer que seja que venha a ser o seu destino?» [subentendam-se mitos como o da metempsicose e da apocatástase e a discussão sobre o aniquilamento do mundo material, NT]. «Contra a carne, que é imunda» [i.e., o contrário de «mundo» – subjacente a este neologismo latino está o grego *a-cosmichê*, i.e., caótico ou informe, NT] «desde o princípio de que é tirada, das fezes mesmas da terra, e mais imunda ainda pela lama da sua semente» [de ler-se literalmente, *semen*, que é repugnante, precisamente, enquanto fecundo]; «vácua, fraca, criminosa, pesada, molesta e, para cúmulo de todo este desfiar de ignomínia, que acaba por cair de novo na sua origem, que é a terra, com o nome, agora, de cadáver, vindo depois a decair ainda deste mesmo nome a nome nenhum em absoluto, até à morte de qualquer vocábulo?»

«Hancne ergo», ait vir sapiens, «et visui et contactui et recordatui tuo ereptam persuadere vis, quod se receptura quandoque sit in integro de corrupto, in solidum de casso, in pleno de inanitu, in aliquid omnino de nihilo, et utique redhibentibus¹² eam ignibus et undis et alvis ferarum et rumis alitum et lactibus piscium et ipsorum temporum propria gula?»¹³

¹¹ O efeito das sucessivas *enumerationes*, do paralelismo trimembre em *crescendo* (*inmundae a primordio ex fecibus terrae, inmundiori deinceps ex seminis sui limo*) e da ampla hipotaxe, consegue traduzir plasticamente o pessimismo obsessivo da opinião dos gentios.

¹² *Redhibentibus*, é a *lectio* escolhida pelo editor, em conformidade com M. A correcção de R3, *redhibentibus*, a que damos preferência, parece, porém, suficientemente espontânea e conveniente para se prescindir aqui do princípio da prioridade à *lectio difficilior*.

¹³ É, do ponto de vista retórico, o passo mais densamente elaborado. Note-se como o autor procede como se, dando a palavra ao adversário, em discurso direto, assumisse sinceramente a posição dele, empreendendo uma argumentação vertiginosa, quase encantatória e convincente. Abre-se com o polissíndeto *visui... recordatui*. Seguem-se quatro *colon* em paralelismo (*in integro de corrupto* até *in aliquid de nihilo*) e finalmente um homoioteleuto (*ignibus et undis et alvis*) desen-

«E queres tu convencer-me – diz o homem bem-pensante – que ela, uma vez subtraída à vista e ao tato e à própria recordação, será um dia restituída da corrupção à sua integridade, do aniquilamento à solidez, do vazio ao preenchimento, do absolutamente nada a alguma coisa, havendo de no-la dar por força, assim, de volta, as chamas e as ondas, o ventre das feras, o estômago das aves de rapina, os intestinos dos peixes e a própria gula do tempo?» [a ironia dirige-se a imaginários cristãos mais populares da sua fé na ressurreição corporal, aplicados aos cadáveres insepultos, NT].

Adeone autem eadem sperabitur quae intercidit, ut claudus et luscus et caecus et leprosus et paralyticus revertantur, ut redisse non libeat ad pristinum? An integri ut iterum talia pati timeant ?

«Dessa que morreu, haverá de esperar-se tanto que volte atrás o coxo, o cego, o leproso, o paralítico... a ponto de lhe não agradar ter voltado a seu estado de antes? A ponto de eles terem a recear voltar na íntegra para tudo de novo terem de padecer?» [o desprezo da vida começa aqui pelo apelo à doença e à deficiência, mas logo subsequentemente se generaliza, em virtude dos pressupostos cosmológicos, NT].

Quid tum de consequentiis carnis? Rursusne omnia necessaria illi et in primis pabula atque potacula? Et pulmonibus halandum¹⁴ et intestinis aestuandum et pudendis non pudendum¹⁵ et omnibus membris laborandum? Rursus ulcera et vulnera et febris et podagra ? Et mors reoptanda ? Nimirum haec erunt vota carnis recuperandae, iterum cupere de ea evadere !

«E que dizer então do que se seguirá para a carne? Tudo lhe será de novo forçoso e necessário, a começar por comida e bebida? E aos pulmões de novo o respirar, aos intestinos o agitar-se, às vergonhas o desavergonhar-se e, a todos os membros de novo o trabalhar? De novo úlceras e chagas, e as febres e a gota? Até voltar a desejar a morte? Não é de espantar que venha a ser este o

volvido também em paralelismo (*alvis ferarum... rumis alitum... lactibus piscium*) com cláusula em quiasma (*et temporum gula*).

¹⁴ Segundo conjetura assumida pelo editor (na maioria dos testemunhos, *natandum*).

¹⁵ Note-se o rebuscado efeito burlesco que consiste em quebrar o regularíssimo paralelismo afirmativo através de um oxímoro relevante, para mais, do campo semântico privilegiado das *pudenda*. Em tudo a vivacidade do discurso é amplificada pelo ritmo cadenciado das interrogações.

desejo da carne um dia recuperada, a saber, fugir outra vez de si.» [Note-se o subjacente pessimismo cosmológico e a morte como libertação dos limites corpóreos, NT].

Et nos quidem haec aliquanto honestius pro stili pudore. Caeterum quantum etiam spurciloquium liceat illorum, in congressibus experiri est tamen ethnicorum quam haeticorum.

«E nós ao menos dizemo-lo um tanto delicadamente, pelo pudor da nossa pena, pois para se saber até onde nesta matéria possa chegar a grosseria da linguagem, é preciso ir experimentá-lo às reuniões deles, tanto de heréticos como de gentios». [De novo, em inclusão, os antagonistas citados na abertura: os Gnósticos são designados por «heréticos» por se pretenderem cristãos e exegetas, posto que puramente alegóricos, da Escritura revelada. Quanto à designação de *ethnici* ou *gentes* aplicada aos filósofos, por norma neoplatónicos ou académicos, supõe-se a distinção judaica entre o Povo da Aliança e as Nações helenizadas – *ethnê*, *gentes* – e a autoperceção dos cristãos face a ambos como *tertium genus*, NT].

A diatribe contemporânea contra a Carne

Não o referem em ponto algum os redatores de DMS; mas não parece muito diferente a contemplação da corporeidade e da vida corporal na cultura contemporânea. No clima neognóstico que marcou a viragem do século, a invocada «visão unitária» do ser humano que o cristianismo fez prevalecer tem vindo a ser continuamente corroída a partir de quadrantes ideológicos que o nosso documento, talvez estrategicamente, deixa fora do seu campo de visão num eloquente silêncio. De facto, tal como nos alvares da nossa era, a autoperceção do ser humano tem vindo a ser cada vez mais marcada por correntes de pensamento que tendem a excluir a corporeidade da dignidade da Pessoa. Extremadas as consequências da valorização moderna do sujeito racional e da sua transcendência ao mundo, o corpo humano – aspeto em que esse sujeito é natureza e é imanente ao mundo – acaba hoje, como então, percebido instrumentalmente, quer dizer, como *algo* que acidentalmente e a seu pesar se tem e utiliza, distinto e separável do *alguém* que se é. Esta maneira de o Eu-sujeito se reportar ao «seu» corpo-objeto é, aliás, a raiz – pese

embora toda máscara retórica ambientalista – do persistente dualismo entre o Homem pós-moderno e a Natureza: não é de esperar que alguém incapaz de reconhecer o seu próprio corpo como fonte normativa – um corpo que experimenta diretamente – seja capaz de o fazer com o resto da natureza – que experimenta só através dele.

Esta expulsão da corporeidade do reino da personalidade e da transcendência reflete-se tanto no pano de fundo da identidade humana em geral, como no primeiro plano da identidade individual.

No pano de fundo coletivo, de um ser humano preexistente à cultura como ser antes de mais e essencialmente natural, passamos a ter uma humanidade que é um puro produto da cultura, isenta de dado natural algum, pelo que as sociedades humanas e seus papéis diversificados seriam desconstruíveis *ad infinitum* de modo a moldar-se a quaisquer aspirações dos *ego*'s interessados. Quanto ao plano da identidade individual, o *ego* e a sua «pessoalidade» tendem a coincidir com um sujeito puramente mental, de uma mente pensada como pura informação, e esse sujeito mental usaria de um corpo-objeto, dele ontologicamente distinto e separável, segundo critérios do sujeito, desvinculados de qualquer natureza dada. Ao cabo deste processo, os Direitos Humanos, de barreira objetiva destinada a proteger as pessoas e as suas sociedades naturais face aos ordenamentos jurídicos positivos e ao poder político que os institui, passam a ser vistos como armas da ilusória libertação de um *ego* individual, livre e solitário, contra a sua própria natureza dada, que é sobretudo cósmica e, logo, bio-social¹⁶.

Desta conceção, decorre finalmente a substituição do princípio da realidade objetiva pelo princípio do desejo subjetivo, pois o *ego* passa a ser um puro produto de si mesmo; e se a realidade corpórea – de que ele, acidentalmente, faz o uso que bem quiser – não corresponde à sua soberana autodefinição, tanto pior para ela. Nesta mentalidade, tão próxima do gnosticismo antigo e das religiões e metafísicas orientais em que mergulha as suas raízes¹⁷, o corpo

¹⁶ Pode ver-se uma pertinente análise das consequências em Puppinc (2018).

¹⁷ A isto não será alheio o fenómeno, difundido a partir das elites urbanas, da paulatina substituição do rito fúnebre de inumação pelo da cremação. Nos ritos de inumação, mais próprios do paleolítico e objeto da preferência estética do cristianismo, rodeia-se o cadáver de cuidados para-pessoais: no rito (como na anatomia!) o cadáver «a restituir à terra» não é pura coisa porque, *quoad nos*, é matéria que, mesmo desorganizada pela morte, permanece marcada pela «pessoalidade». Na Roma helenista, a inumação persistiu como sorte comum das massas populares mas, à elite do poder e do saber, fora sendo reservado como privilégio o rito mais oriental da cremação,

e a vida corporal tornam-se ou manipuláveis, na medida em que puderem satisfazer mais ou menos as aspirações do seu despótico *ego*, ou, se o não puderem, simplesmente descartáveis às mãos de qualquer *ego* competente. Sim, porque se, antes ou depois da consciência do sujeito, não há *ego*, a vida corporal é um puro objeto entre o mundo dos objetos e «alguém» terá de a gerir.

É este o quadro que torna admissíveis na ordem consuetudinária – e, tendencialmente, instituíveis, na ordem jurídica – fenómenos culturais aparentemente alheios como a tentativa patética do *sex reassignment*; a substituição da paternidade/maternidade concretas pela abstrata «parentalidade»; a substituição do ideal da «igualdade em dignidade» pelo da indiferenciação; a restauração do papel social de «pai-incógnito» e a instauração da «maternidade de substituição»; a manipulação genética de humanos (em contraste com a agricultura *bio!*); a desvinculação da dimensão unitiva da sexualidade humana, da dimensão natural da conservação da espécie, bem como a irrelevância ética (como nos gnósticos antigos) de quaisquer comportamentos sexuais; a redefinição da família como puro produto cultural, os mitos tecnológicos trans-humanistas de «melhoria» (leia-se «substituição») da condição humana, etc. A tudo subjaz uma mesma atitude: a natureza e, nela, o corpo humano, não conta; o corpo é irrelevante na autodefinição do sujeito.

Paredes-meias, no oposto circular deste dualismo antropológico com a sua incapacidade de acolher a complexa unidade humana, está a «associação voluntária para a extinção dos seres humanos» (VHEMT, pelas siglas em inglês)¹⁸. Aqui, a natureza é pensada como se não inclísse a consciência. Por isso, a consciência emergente, que é a pessoa, está a mais nela e, justamente, por paradoxal curto-circuito, vota-se a sua eliminação condenando a procriação. Um dos corolários do gnosticismo antigo no seu ódio à carne era a exegese das «túnicas de pele» de *Gn* 1 como a criação do homem-psíquico (leia-se «animal»). A condição corpórea era castigo e a Serpente fora a voz do homem livre a desmentir Javé, nome do deus mau ou demiurgo, criador da carne.

assimilado à divinização (*apotheosis*) do soberano defunto. Nele se traduzia plasticamente a libertação da alma prisioneira – que um cego via subir ao céu sob a forma da águia, insígnia de Júpiter – com a imediata destruição purificadora do detestável invólucro corpóreo. Não anda muito longe desta, a conceção do corpo-objeto e, como tal, descartável, que acha a sua tradução plástica e estética na destruição visível de um cadáver «in-significante» da pessoa.

¹⁸ Fonte: <http://www.vhemt.org/> (consultado em 17-01-2019).

A procriação, perpetuação da condição corpórea, própria das massas inferiores («psíquicas») tornava-se assim o sumo mal do gnóstico antigo, que, à maneira do de hoje, se autodefinia também, em tom elitista, como muito «espiritual» (*pneumatikos*). O facto é que a procriação é o sumo mal também do VHEMT pós-moderno e pouco conta, no igual resultado, que a divindade do gnóstico antigo fosse circularmente oposta (e por isso próxima), na sua absoluta transcendência, à divindade imanente do cultor de Gaia do nosso tempo¹⁹.

Mas, sobretudo, para o presente propósito, com este tique neognóstico de privar o corpo humano da sua «pessoalidade», percebidas que são assim muitas vidas como impessoais e excedentárias, tornam-se também facilmente admissíveis na ordem consuetudinária – e, tendencialmente, na ordem jurídica positiva – muitos atentados à vida humana momentaneamente desadequada aos objetivos do sujeito. Seleção embrionária, diagnóstico pré-implantatório, aborto provocado (sobretudo seletivo), infanticídio, eutanásia na demência, suicídio, tornam-se direitos e deveres subjetivos. Em todas estas práticas, uma mente desencarnada manipula ou descarta soberanamente uma vida corporal que não satisfaz os critérios do *ego* mais forte que estiver de turno.

Desporto e Humanismo

Até ao momento, referimo-nos sempre ao Desporto como fenómeno social humano, abstraindo propositadamente da indústria de entretenimento de massas que, para o bem e para o mal, o explora como matéria-prima. Sem a mencionar nestes termos, o documento da Santa Sé assume esta distinção, apela às virtudes intrínsecas da matéria-prima e alerta para quatro «desafios» que ameaçam pervertê-la, vindos precisamente do risco de redução a produto industrial.

¹⁹ A diferença deve-se ao facto de, por trás dos antigos gnósticos, estar a metafísica de Ser unívoco (no fundo, a negação dos seres) e um conseqüente pessimismo cosmológico que os leva a recusar a condição de mundo; enquanto por detrás desse ecologismo radical contemporâneo está a metafísica de Ser equívoco própria do panteísmo das sociedades paleolíticas (no fundo a negação do Ser ou a sua pura identificação com a soma dos seres que é o cosmos), que os incapacita de assumir a condição de pessoa. Significativamente, ambos resultam em anti-humanismo. Só a ideia religiosa da Criação e/ou a ideia metafísica da Analogia do Ser permitem uma cosmologia optimista, com lugar para ambas as dimensões, a de animal e a de pessoa (retememos o desenvolvimento da conexão entre concepções metafísicas, religião e ritos fúnebres para Miranda 2019).

Entre as virtudes, cabe-nos aqui, pela direta pertinência ao tema da visão antropológica, mencionar a «harmonia» entre as dimensões da pessoa (DMS 3.6) e a «igualdade» (DMS 3.8): «O desenvolvimento harmonioso da pessoa humana deve ser sempre uma prioridade para todos os atores do mundo do Desporto [...] Há muitas forças no mundo de hoje que nos afastam desta virtude da harmonia para abraçarmos modelos orientados e desequilibrados em função de uma única direção; basta pensarmos na comercialização de alguns desportos [...] e à promoção de um Desporto em que o corpo é reduzido a objeto [...] e mercadoria.» Assim se perderia o Desporto como «contexto concreto em que a pessoa pode buscar o seu desenvolvimento integral» porque «paradoxalmente, é precisamente passando pelo que, aparentemente, parece ter a ver tão só com a dimensão física, que podemos crescer nos nossos conhecimentos espirituais e apercebermo-nos de que, recusando uma ou outra dimensão do nosso ser, minamos o nosso próprio crescimento» (DMS 3.6); e de facto, «no nosso tempo, o Desporto é talvez o exemplo mais evocador da unidade entre corpo e alma», rejeitada a qual, «se acabaria ou por desvalorizar completamente o corpo ou por cair num puro materialismo mundano» (DMS 3.10). É de um ou outro destes extremos que, da exploração industrial, vem ao Desporto o maior e eventualmente fatal desafio: o da sua perversão no «aviltamento do corpo»: «Se é certo que o Desporto pode ser uma experiência positiva para vivermos a nossa própria corporeidade, pode também tornar-se um contexto em que o corpo humano é reduzido ao estatuto de objeto ou vivido só materialmente.» E cita-se o significativo testemunho de um campeão de *football* norte-americano, quando se despediu da carreira: «Caí na conta de que, paradoxalmente, tinha recalcado ou removido da minha mente que eu fosse o meu corpo. Conhecia o meu corpo o mais a fundo possível, mas tinha-o usado e pensado como uma máquina, uma coisa que devia trazer sempre bem oleada e alimentada, com uma manutenção impecável em função de um trabalho específico.» (DMS 4.3)

Quanto à «paridade» ou «igualdade», supõe o «respeito dos limites» que nos diferenciam: «A igualdade de direitos de cada um [...] não significa homogeneidade e indiferenciação, mas antes, precisamente, o respeito pelas diferenças e diversidades das condições humanas, em razão de sexo²⁰, idade, [...]

²⁰ Aqui, «sexo», no original italiano – vide *supra*, nota 2 – denotando, compreensivelmente, a pluralidade de mãos na tarefa da redação.

capacidades físicas claramente afastadas da média.» Em razão destes dois valores e virtudes, harmonia entre dimensões humanas e igualdade, a grande responsabilidade e o grande compromisso humanista do Desporto está hoje, pela ordem inversa, na promoção do Desporto Adaptado e no combate à prática do *doping*.

O Desporto Adaptado, fenómeno novo, quer face à modernidade quer face à antiguidade de que a modernidade pretendeu ser cópia e restauração, é formalmente consignado na Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Desporto, de 1978, que quer que «todos, não só jovens, são e “normo-dotados”, tenham acesso ao Desporto» (DMS 4). Com este compromisso deontológico dos seus agentes, o desporto pode libertar-se de vez da antiga sombra do culto do corpo-abstrato sob cuja égide, juntamente com as artes plásticas, foi instrumentalizado pelos totalitarismos modernos. De facto, foram óbvias e de profundo significado, as afinidades estéticas e éticas entre estatuária e desporto da antiguidade clássica, por um lado, e, por outro, a ritualização do estádio socialista, nacional ou internacional que seja. O para-olimpismo, se souber alimentar-se consequentemente da noção de que a dignidade da pessoa humana cabe à sua íntegra unidade e, portanto, a todo e qualquer corpo-humano vivo por ser pessoal, independentemente das suas limitações acidentais, poderá ser, neste aspeto, uma sanção na raiz para o olimpismo moderno. Para já, pelo menos, o imaginário desportivo ainda em meados do século xx conotado com a mentalidade eugenista dos fortes e saudáveis, está também presente entre os cuidados devidos aos mais débeis e vulneráveis. Não é pequena esta diferença específica do Desporto pós-moderno.

O outro grande desafio que se põe ao Desporto de hoje como reserva de humanismo é o rigor na perseguição à prática do *doping*. Tampouco é de somenos o seu alcance porquanto, do respetivo sucesso, depende a possibilidade de a cultura contemporânea poder colher no Desporto uma mensagem eficaz em favor do ser humano na sua harmónica unidade de dimensões, imante e transcendente, natural e cultural, de corpo e de mente. Não é possível ignorar que é em dois âmbitos peculiares que um influente filão ideológico nosso contemporâneo cultiva a dissociação entre aquelas dimensões: o âmbito da identidade sexuada e o âmbito do trans-humanismo. No primeiro caso, essa ideologia tem conseguido reflexos nos ordenamentos jurídicos positivos, geralmente invocados, com a cumplicidade das massas, como instrumento

de repressão da dissidência. Mas é inevitável que, a brevíssimo prazo, a famosa verdade desportiva se estenda aos factos e suscite, precisamente entre os atores desportivos, o primeiro apelo maciço à reposição do princípio da realidade, que legisladores têm vindo a substituir pelo princípio do desejo subjetivo. Dois casos recentes, de sinal aparentemente inverso, são exemplo de que o Desporto, pela sua intrínseca lógica *antidoping*, que é a da verdade do corpo humano respeitado como fonte normativa, será a reserva de humanismo integral de onde partirá a desmontagem dos dogmas dualistas. Mack Begs (ignoramos o seu real nome feminino) pretende ser «um» atleta de luta livre e ter lugar em competições masculinas, sendo forçada, porém por regulamentos desportivos «trans-fóbicos» a competir na categoria correspondente ao seu sexo feminino. *Anti-naturalmente*, ela logo se revelou imbatível, graças ao tratamento hormonal com que mantém a massa muscular aparentemente masculina. Até quando o público e as adversárias, que já apupam sistematicamente as sucessivas vitórias, vão tolerar o flagrante caso de *doping* a que elas se devem? Ao que parece, as impugnações têm esbarrado na inconsistência entre os regulamentos desportivos «ainda» não adaptados ao desejo subjetivo deste tipo de atletas, por um lado, e, por outro, as leis estaduais do Texas, face às quais a testosterona, prescrita e injetada *na* atleta para fins «médicos» (o corpo como doença, precisamente, enquanto feminino!), não pode configurar formalmente um caso de *doping* (Howerton 2018). Mas o clamor de que é *doping*, de que o é *de facto* e antes da lei, vai abrindo caminho, pese embora entre as ameaças da «correção política»; curiosamente, de momento, e aparentemente, no interesse de ambas as partes. Todavia, é de prever que, uma vez reivindicada com sucesso a classificação de *doping* para a testosterona, esta atleta acabará na realidade excluída também, por *doping*, precisamente, das competições masculinas. Um imbróglio difícil de solucionar quando o princípio do desejo se substitui ao da realidade. À mesma quadratura circular podem levar casos de sinal inverso como o de Gavin Hubbard, (Laurel, em *nome d'arte*) qualificado para a seleção feminina de halterofilia da Nova Zelândia após retumbante vitória na estreia do seu novo papel feminino, apesar de ter «terminado em último lugar quando participara na primeira e única prova masculina»²¹. «Segundo o Comité Olímpico Internacional, Hubbard, que antes

²¹ Fonte: <https://24.sapo.pt/desporto/artigos/laurel-a-primeira-transexual-a-ganhar-uma-prova-com-um-pai-anti-casamento-gay> (consultado em 24.1.19).

competia como homem, é agora uma mulher», diz o *Washington Post*. E é patético o regulamento que, para tal, numa espécie de *doping* obrigatório, exigiu a supressão química dos níveis de testosterona na corrente sanguínea, controlada durante os 12 meses anteriores à prova, como se a masculinidade do corpo humano fosse redutível a um único marcador químico²². Não deixa de reconhecer porém que as atletas vencidas punham em causa *the fairness of the competition*, reportando o desabafo da dupla medalha olímpica Deborah Acason: «Se eu estivesse nessa categoria sentiria que não estava numa situação de paridade e, francamente, se é assim, porque é que estamos a fazer desporto?»²³ Isto, em sintonia, como se vê, com a definição de Desporto de DMS que elenca precisamente a paridade objetiva entre os seus traços essenciais. Tampouco reconheceram a necessária paridade as colegas de *um* jogador de *hockey* também inversamente dopado que conseguiu, mercê das leis civis, transferir-se para a equipa feminina do seu clube, a competir no ano passado numa divisão local argentina²⁴. É certo que, recentemente, ao abrigo de leis de «identidade de género», Jessica Millaman (segundo os documentos da sua nova identidade) obteve sentença judicial favorável contra a Associação de *Hockey* Feminino. Mas o facto é que a verdade desportiva falara mais alto no momento em que todas as outras equipas femininas se recusaram a aceitar a fantasia legal que, no Desporto – fosse-o embora na política – não era suficiente para alterar a masculinidade do atleta. Não é de prever que, a essa verdade desportiva, a mordança da ideologia se imponha indefinidamente. E o mesmo se diga de utopias trans-humanistas. No fundo, o *doping* era já no século xx um trans-humanismo larvar na medida em que, traduzindo a dificuldade em aceitar integralmente o próprio ser, era uma forma de «melhorar», por substituição química, o corpo humano natural. Recusar a verdade do corpo humano pela tecnologia, cruzada com as neurociências, em nome do lema olímpico *citius, altius, fortius*, seria o autoaniquilamento do Desporto,

²² A realidade cromossómica determina naturalmente a montante um sem fim de diferenças relevantes que, mais cedo ou mais tarde, os lesados hão de invocar, como a constituição genética específica dos músculos esqueléticos (ver Lindholm *et al.* 2014).

²³ «According to the IOC, Hubbard, who previously competed as a man, is a woman». Ver em <https://www.washingtonpost.com/news/early-lead/wp/2017/03/22/transgender-woman-wins-international-weightlifting-title-amid-controversy-over-fairness/?noredirect=on> (consultado em 24-01-2019)

²⁴ <https://elcomercio.pe/mundo/actualidad/argentina-ordena-fichar-transexual-liga-hockey-femenino-224711>, consultado em 24.1.19.

passado de exercício físico a exercício tecnológico. Na sua essência, ele implica o respeito – hoje diríamos «ecológico» – do corpo humano, assumido como referente de uma normatividade natural.

Entre os anti-humanismos e trans-humanismos de uma pós-modernidade neopaleolítica e neognóstica, cabe hoje, ao Desporto, o papel de reserva ecológica de humanismo integral; porque a verdade desportiva é, no fim de contas, a verdade do Homem.

Bibliografia

- Dicastero per i Laici, la Famiglia e la Vita. 2018. «Dare il meglio di se: documento sulla prospettiva cristiana dello sport e della persona humana», Oficina de Prensa de la Santa Sede, <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2018/06/01/0401/00856.html>
- Grossi, Vittorino. 1983. *Lineamenti di Antropologia Patristica*. Roma: Borla.
- Hagendahl, Harald. 1998. *Cristianesimo Latino e Cultura Classica*. Roma: Borla.
- Howerton, Matt. 2018. «Transgender wrestler Mack Beggs booed after winning state title», USA Today, <https://usatodayhss.com/2018/mack-beggs-transgender-wrestler-booed>
- Kroyman, Ernst. 1906. «*Tertulliani Dde carnis resurrecione, textus criticus*». In *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum, Vol. XXXVII*, Vienna: Hoelder-Pinchler-Tempsky.
- Lindholm, M.E., M. Huss, B.W. Solnestam, S. Kjellqvist, J. Lundeberg, and C.J. Sundeberg. 2014. «The human skeletal muscle transcriptome: sex differences, alternative splicing, and tissue homogeneity assessed with RNA sequencing». *The FASEB Journal*, 28, n.º 10: 4571-4581.
- Miranda, José C. 2014. «O corpo e a glória». In *Estética e Ética na Representação da Vida Corporal: Um Percorso Iconográfico Mariano*. Vila Real: Direção Regional de Cultura Norte, 6-14.
- Miranda, José C. 2019. «A irrelevância do corpo: ritos fúnebres e ética ambiental». Comunicação apresentada no Congresso Internacional sobre a Morte, Leituras da Humana Condição, Guimarães, Instituto de Estudos Avançados em Catolicismo e Globalização, 21-14 de fevereiro.
- Puppinck, Grégor. 2018. *A Família, os Direitos do Homem e a Vida Eterna*. Cascais: Principia.
- Siniscalco, Paolo. 1966. *Ricerche sul «de Resurrecione» di Tertulliano*. Roma: Studium.